

**REVOLUÇÃO PASSIVA:  
CONCEITO, TRADUÇÃO E APROPRIAÇÃO NO BRASIL**

Trabalho preparado para apresentação no **X Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP)**, organizado conjuntamente pela Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, a Asociación Mexicana de Ciencia Política e o Tecnológico de Monterrey, 31 de julho, 1, 2 e 3 de agosto 2019.

**Luciana Aliaga**

Professora do Depto. Ciências Sociais e do Programa de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (DCS/PPGCPRI/ UFPB-Brasil). E-mail: [lualiagaa@gmail.com](mailto:lualiagaa@gmail.com).

**Eixo temático:** Filosofia e Teoria Política

## **Resumo**

Propomos neste trabalho discutir a definição, tradução e apropriação do conceito de Revolução passiva no Brasil. Em primeiro lugar pretendemos identificar as especificidades deste conceito, buscando acompanhar sua composição, feita por A. Gramsci no cárcere entre 1929 e 1935. Na segunda parte da exposição trataremos de alguns dos problemas envolvidos na apropriação do conceito no Brasil no período compreendido entre as décadas de 1960 a 1980. Nosso principal objetivo consiste na formulação de uma breve história da apropriação do conceito de revolução passiva no Brasil que possibilitará a avaliação de suas potencialidades e limites como chave de leitura histórica.

## **Introdução**

Uma análise detida revela que a composição do conceito de revolução passiva por A. Gramsci no *Quaderni del Carcere* passa por um progressivo processo de adensamento desde as primeiras notas, contudo, é possível avançar na tese de que o autor não o desenvolveu em todas as suas consequências e, portanto, esta é ainda uma tarefa em aberto. Deste modo, em primeiro lugar pretendemos identificar as especificidades deste conceito, buscando acompanhar sua composição no cárcere entre 1929 e 1935, atentando para as diferentes notas produzidas em distintas temporalidades.

Ainda nos *Quaderni*, Gramsci se questiona se este “modelo” de formação dos Estados modernos, isto é, o modelo da revolução passiva, ou revolução-restauração, seria específico da Itália, ou se, pelo contrário, “pelo menos em parte, podem ocorrer desenvolvimentos similares” (Q. 10II, §61, p. 1361<sup>1</sup>) revelando, assim, a hipótese de que o conceito de revolução passiva poderia ser operativo para análise de outros contextos nacionais. Neste caso, embora o conceito tenha se desenvolvido a partir da análise de uma realidade histórica específica, haveria possibilidade de utilização do conceito como critério de análise histórica e guia de pesquisa para diferentes contextos nacionais.

A partir das primeiras traduções das obras de Gramsci no Brasil surgem, de fato, diversas iniciativas de utilização da revolução passiva como chave de leitura,

---

<sup>1</sup> Citaremos os *Quaderni del Carcere* a partir do original italiano (GRAMSCI, 2007), indicando o número do caderno, seguido do parágrafo e da página de referência.

em especial na segunda metade da década de 1970<sup>2</sup>. Destarte, na segunda parte desta exposição trataremos de alguns dos problemas envolvidos na apropriação do conceito no Brasil, enfocando as condições de possibilidade de “tradução” de ideias entre duas culturas diferentes, bem como os usos efetivos do pensamento de Gramsci no período compreendido entre as décadas de 1960 a 1980. Este recorte abrange o início da publicação das obras do autor no Brasil até a ampliação da produção bibliográfica específica sobre a revolução passiva brasileira.

O enfoque deste trabalho sobre a revolução passiva no Brasil se justifica por três motivos: 1. Este conceito, como chave de leitura, lança luz sobre a formação do Estado na periferia, iluminando, assim, as especificidades do seu desenvolvimento histórico em relação às nações europeias; 2. Dialoga diretamente com o pensamento político brasileiro acerca das características distintivas da periferia<sup>3</sup>; 3. Constitui tema central de interesse no Brasil a partir do final dos anos 1970 e se mantém como campo de polêmica na produção bibliográfica gramsciana. Propomos, assim, a formulação de um episódio da recepção de Gramsci no Brasil por meio de uma breve história da apropriação do conceito de revolução passiva, o que abre caminho também para avaliar sua viabilidade e seus limites como chave interpretativa da realidade histórica brasileira.

Utilizar esta chave de leitura, contudo, não é tarefa simples na medida em que se refere à interpretação de um conjunto complexo de condições específicas em cada contexto histórico. Uma das dificuldades consiste no fato de que a sua

---

<sup>2</sup> De acordo com Aricó (1988, p. 20 e nota 3, p. 136), Gramsci “foi introduzido na cultura latino-americana em tal grau que muitas de suas categorias analíticas integram o discurso teórico dos cientistas sociais, historiadores, críticos e intelectuais e até penetraram, de modo geral de maneira abusiva, a linguagem usual das agregações políticas de esquerda ou democráticas”, e também algumas organizações de direita. Entre os conceitos mais importantes, que passaram a fazer parte do vocabulário político na América Latina a partir dos anos 1970, está aquele de revolução passiva (cf. *idem*, p. 20-21).

<sup>3</sup> De acordo com Lynch (2016, p. 82-83), o elemento “periférico” presente na percepção dos autores clássicos do pensamento político brasileiro conferiu a ele “uma conformação temática e estilística específica”. Ao caracterizarem a periferia ibero-americana como atrasada e subdesenvolvida, os autores brasileiros assumiram uma posição subalterna, dependente dos modelos culturais europeus, considerados padrão e norma de desenvolvimento. A bibliografia gramsciana dialoga criticamente com essa percepção, presente também no interior dos Partidos Comunistas (em especial na Argentina e no Brasil), vetores importantes de difusão das ideias de Gramsci nas décadas de 1960 e 1970.

utilização em diferentes conjunturas lhe atribui nexos sensivelmente diferentes. Isto é, é preciso elevar muito seu grau de generalização para expandir a análise que inicialmente se referia à Itália risorgimental<sup>4</sup>. O conceito originalmente formulado por Vincenzo Cuoco, desta forma, “é completamente modificado e enriquecido”, como afirma o próprio Gramsci (Q. 15, §17, p. 1775). De modo que se compararmos a leitura do *Risorgimento* àquela do fascismo, por exemplo, ou do fordismo nos Estados Unidos (caracterizados também como formas de revolução passiva por Gramsci nos *Quaderni*) e da revolução burguesa no Brasil, ou, ainda, da revolução na Rússia<sup>5</sup>, perceberemos elementos diversos na definição da revolução passiva.

No Brasil a utilização desta categoria como critério de análise histórica tem apresentado tanto resultados importantes quanto intrincados problemas interpretativos<sup>6</sup>. Por outro lado, a notável expansão do conceito também lhe imprime um problemático risco de indeterminação. Por estas razões, antes de tratar da “apropriação” do conceito no Brasil, se faz necessária uma exposição do processo de formulação original da revolução passiva nos *Quaderni del Carcere*, trazendo a lume suas fontes, problemas de investigação e limites.

## **1. A revolução passiva nos *Quaderni del Carcere***

A formulação do conceito de revolução passiva nos *Quaderni* mostra um progressivo amadurecimento ao longo dos anos no cárcere. Originalmente o termo “revolução passiva” estava ausente dos primeiros parágrafos sobre o assunto e só foi adicionado posteriormente, nas margens do primeiro caderno. Isto ocorre pela primeira vez entre fevereiro e março de 1929 no Q. 1, §44, *Direzione politica di classe prima e dopo l'andata al governo*. Neste parágrafo Gramsci utiliza a fórmula “revolução sem revolução” e só posteriormente<sup>7</sup> acrescenta nas margens: “ou

---

<sup>4</sup> Conforme Felice (1978, p. 194-195) para recondução do fascismo, do transformismo e de outros fenômenos históricos no interior da categoria de revolução passiva é necessário levar “o grau de elaboração desta categoria a uma generalização muito maior que aquela conexas à reapropriação da fórmula de Cuoco ou às especificações históricas que podem caracterizá-las”.

<sup>5</sup> Sobre isto cf. Del Roio, 2014.

<sup>6</sup> Sobre isto cf. Bianchi, 2016.

<sup>7</sup> Gerratana fornece esta informação em nota de rodapé (Q. 1, §44, p. 41, nota “a”), mas utiliza a expressão “em época posterior”, de modo que não é possível definir quando Gramsci insere esta

revolução passiva segundo a expressão de V. Cuoco” (Q. 1, §44, p. 41). Ainda no Q.1, § 150, escrito em maio de 1930, Gramsci observa que o nascimento dos Estados modernos na Europa se deu como “reação-superação nacional” da Revolução francesa e do napoleonismo e posteriormente acrescenta nas margens “revolução passiva” (p. 132).

A primeira referência ao conceito de revolução passiva de Vincenzo Cuoco aparece numa nota de redação única, no Q. 4, § 57, p. 504, de novembro de 1930. Aqui Gramsci anota a possibilidade de utilizar o conceito para análise de outros países, além da Itália, “que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino”. Mas registra também a necessidade de verificar como Cuoco desenvolve o conceito. De acordo com Gerratana (2007, p. 2654), pelo teor da nota é muito provável que Gramsci tenha chegado a Cuoco através de uma fonte secundária<sup>8</sup>. É notório, portanto, que o conceito neste período está ainda em processo de composição. A associação entre o conceito de revolução passiva de Cuoco e a concepção de revolução-restauração de Edgar Quinet aparecerá somente no Q 8, § 25, p. 957, redigido entre janeiro e fevereiro de 1932. Diz Gramsci: “investigar o que significa e como é justificada em Quinet a fórmula de equivalência da revolução-restauração na história italiana”. Duas características se mantêm: o caráter de pesquisa em andamento e a citação de fonte secundária<sup>9</sup>.

A partir de fevereiro de 1932, Gramsci passa a identificar revolução passiva e revolução-restauração sempre que trata especificamente do Estado Italiano ou dos Estados europeus que se modernizaram após a Revolução francesa<sup>10</sup>. Após fevereiro de 1932, a reflexão sobre a revolução passiva se adensa. Gramsci

---

nota. Na segunda versão deste parágrafo, redigida entre fevereiro de 1934 e fevereiro de 1935 no Q. 19, § 25, p. 2011, a alusão à V. Cuoco está plenamente integrada ao texto (Todas as datas apresentadas neste artigo seguem FRANCIONE, 1984).

<sup>8</sup> De acordo com Gerratana, provavelmente Gramsci teve acesso ao conceito de Vincenzo Cuoco por meio do prefácio de Croce à *La rivoluzione napoletana* de 1979, onde se encontra uma referência à expressão “revolução passiva” na acepção de Cuoco (Cf. GERRATANA, 2007, p. 2654-2655).

<sup>9</sup> Gramsci chega a Quinet por meio do artigo de Daniele Mattalia, *Gioberti in Carducci*, in *La Nuova Italia*, 20 de novembro de 1931 (cf. idem).

<sup>10</sup> Ver Q. 8, § 36; Q. 8, §39 texto A (retomado junto com o Q. 8 § 25 no Q. 10II, § 41.XIV); Q. 8, § 51; Q10II, § 61; Q15, §§ 11 e 25.

desenvolve o tema iniciado ainda em 1929 no referido Q. 1, §44, onde afirma a importância dos fatores internacionais para análise do Risorgimento (Cf. Q. 1, §44, p. 54) e no Q. 1, § 150, p. 132, nota sobre o nascimento dos Estados modernos na Europa como “reação-superação nacional” da Revolução francesa e do napoleonismo. Destarte, a revolução passiva na Itália será analisada a partir da articulação entre as condições nacionais e a situação internacional europeia, revelando um processo de reação e impulsão das transformações políticas e sociais provocado pela Revolução francesa.

Como procuramos demonstrar, o conceito de revolução passiva vai sendo construído ao longo da redação dos *Quaderni*. Enquanto a revolução passiva aparece já no Q. 4, § 57, em 1930, a concepção de revolução-restauração de Quinet é aproximada da revolução passiva somente no Q 8, § 25, em 1932, deixando evidente seu caráter de trabalho em construção. A partir de então, Gramsci consolida a percepção da importância do período da Restauração na França para a formulação do conceito de revolução passiva. O período da Restauração passa a ser o mais significativo na medida em que os Estados que se modernizam após a Revolução francesa foram movidos pelas correntes ideológicas vindas da França e, ao mesmo tempo, são reações a elas (Cf. Q. 10I, § 9, p. 1226; Q. 10II, § 41.XIV, p. 1324 e Q10II, § 61, p. 1361). A Revolução francesa nos *Quaderni*, definida no longo período de 1789 a 1870, onde se observam momentos de restauração como reação à Revolução, aparece, assim, como modelo exemplar de revolução ativa, jacobina, propulsora por “reação” das revoluções passivas na Europa.

A Revolução Francesa, portanto, ao mesmo tempo em que influencia a constituição da democracia liberal nos demais Estados da Europa, fixa os limites do seu desenvolvimento no interior do processo de formação das relações entre centro e periferia capitalista. Enquanto no centro do sistema capitalista em formação as revoluções tiveram seu núcleo dinâmico na sociedade civil, entre os grupos até então subalternos que constituíam a nascente burguesia, na periferia o processo de modernização é presidido pelo alto, pelo Estado com a absorção molecular das lideranças das classes subalternas no interior do aparelho estatal, definindo um modelo restrito de liberalismo. Este processo resulta no maior protagonismo dos

intelectuais (principalmente os intelectuais que dirigem o aparelho de Estado) e menor organização das classes sociais subalternas, como diz Gramsci,

“Quando o impulso para o progresso não é estreitamente ligado a um amplo desenvolvimento local que é artificialmente limitado e reprimido, mas é reflexo do desenvolvimento internacional que envia para a **periferia** suas correntes ideológicas, nascidas com base no desenvolvimento produtivo dos países mais evoluídos – o grupo portador de novas ideias não é o grupo econômico, mas a camada dos intelectuais [...]” (Q.10, § 61, p. 1360, grifos nossos).

Gramsci chama a atenção para o caráter ao mesmo tempo limitado e externamente impulsionado do desenvolvimento capitalista local, mais especificamente, o desenvolvimento da periferia é definido como “reflexo” do desenvolvimento internacional. Segundo Aricó (1998) Gramsci teria posto em relevo, já antes do cárcere, a situação particular que caracteriza a periferia europeia (Itália, Polônia, Espanha e Portugal) em relação aos países europeus de capitalismo avançado. Embora Gramsci não tenha desenvolvido este tema em todas as suas consequências, o autor oferece importantes indicações para a compreensão das determinações do Estado capitalista na periferia. Nestas indicações a relação nacional-internacional se torna chave, isto é, sem que se leve em conta o sistema capitalista internacional não é possível compreender as formas restritas de liberalismo, o subdesenvolvimento e as vias de ação política das classes subalternas na periferia.

## **2. Os diferentes momentos do processo de recepção das ideias de Gramsci no Brasil: da produção à apropriação.**

O processo de recepção das ideias abarca um conjunto complexo de agentes sociais e políticos, que podem ser discernidos analiticamente e que definem diferentes momentos desta recepção: produção, difusão, recepção propriamente dita e apropriação das ideias. É importante ressaltar, contudo, que esses momentos se confundem na prática e que diferentes papéis podem ser assumidos por um mesmo sujeito (cf. TARCUS, 2018, p. 35). O que nos interessa particularmente aqui é o último momento – a apropriação. Contudo, uma vez que esses processos não estão separados na concretude dos acontecimentos históricos, ao contrário, eles se implicam mutuamente, é necessário que comecemos a discussão pelo momento

da produção. Este primeiro momento da recepção do conceito de revolução passiva se inicia com a produção do cárcere. Aqui comparece o primeiro problema: mais grave do que o fato do nosso autor não ter publicado em vida os seus manuscritos é o caráter inacabado destes. A análise de sua obra indica que nenhum dos cadernos escritos por Gramsci no cárcere pode ser considerado acabado, “nem mesmo os Q. 10, 11 e 13, que são materialmente completos<sup>11</sup>” (FRANCIONI, 1984, p. 131). Este problema pode ser vislumbrado claramente na composição do conceito de revolução passiva, como procuramos apresentar acima. Isto aprofunda as dificuldades de apropriação do conceito e reforça o fato de que para servir como chave de leitura para as relações sociais e políticas em uma cultura diferente daquela em que foi produzido, como o Brasil, por exemplo, o conceito deve ser desenvolvido e recriado a partir das específicas condições do contexto de recepção. Como veremos a seguir, o ato de traduzir um conceito de uma nacionalidade para outra deve evitar “exercícios de mera translação ou aplicação de conceitos já constituídos”, isto é, não se deve encarar os conceitos como acabados e universalmente válidos em sua formulação original, de modo que a criação de uma “novidade teórica” está implícita no ato de traduzir (cf. CORTÉS, 2016, p. 152).

O segundo momento, de difusão se refere à propagação “de um corpo de ideias em um campo de produção diverso do original do ponto de vista do sujeito receptor” (TARCUS, 2018, p. 37). Como veremos, nos primeiros anos de difusão de Gramsci no Brasil, seu “uso” imediatamente político, principalmente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), suas revistas e intelectuais, não esteve necessariamente vinculado à exegese rigorosa dos textos gramscianos, mas, principalmente voltado para as lutas políticas do contexto brasileiro. Isto não significa que a difusão pudesse corresponder a qualquer critério de verdade, mas, no caso da recepção de Gramsci no Brasil, a apresentação parcial do autor como teórico das superestruturas, filósofo da política e “herói” da luta antifascista<sup>12</sup> criou

---

<sup>11</sup> Materialmente completos neste caso quer dizer que não possuem um grande número de páginas brancas deixadas no final como regularmente Gramsci fazia quando iniciava um novo caderno antes de terminar aquele no qual trabalhava.

<sup>12</sup> Sobre isto ver Dias, 1994, 1996; BIANCHI, 2018.

um mito que obstaculizou o acesso à integralidade e a complexidade de seu pensamento.

O terceiro momento, da recepção propriamente dita, que se faz por meio da “reedição das obras em forma de livros, folhetos, artigos; sua tradução [...]” (TARCUS, 2018, p. 37), inicia-se no Brasil somente a partir da tradução das obras do cárcere, a partir da década de 1960 e ganha densidade a partir da segunda metade da década de 1970. A preparação destas edições, contudo, expressou a grave crise pela qual passava o movimento comunista internacional, com sérias fraturas e ausência de democracia interna. O pensamento de Gramsci neste contexto foi instrumentalizado em apoio à direção do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que ainda permaneciam sobre influência do stalinismo.

Foram publicados em edição temática *Concepção dialética da história* (1966), *Os intelectuais e a organização da Cultura* (1968), *Literatura e vida nacional* (1968), *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, 1968. As *Cartas do Cárcere* (seleção) foram publicadas em 1966. Todas essas publicações foram feitas pela Editora Civilização Brasileira, com traduções de Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Luiz Mário Gazzaneo, Marco Aurélio Nogueira e Noênio Spínola. Os *Escritos Políticos* (pré-carcerários, a maioria consiste em artigos jornalísticos), que nunca foram inteiramente publicados nem na Itália e nem no Brasil, chegam aqui somente em 2004, pela Editora Civilização Brasileira, em dois volumes com tradução de Carlos Nelson Coutinho. Atente-se para o fato de que os volumes *O Risorgimento* e *Passado e presente*, que reuniam grande parte das notas sobre a revolução passiva na Itália, foram excluídos da tradução das edições temáticas brasileiras (cf. BIANCHI, 2018, p. 41).

Estas edições foram feitas a partir da tradução da primeira edição das notas do cárcere publicada na Itália pelo Partido Comunista Italiano - PCI entre 1947 e 1951. A edição italiana foi organizada a partir do agrupamento das notas gramscianas por argumentos e por temas homogêneos em volumes independentes, que acabavam por anular a historicidade da produção das notas do cárcere, dando a impressão de que se tratava de obras acabadas. Além disto, inseriam prefácios que ligavam organicamente o pensamento gramsciano ao de Stalin e tornavam

Gramsci, ao mesmo tempo, o filósofo da cultura e mártir da luta antifascista (Cf. DIAS, 1994, 1996; BIANCHI, 2018), determinando, assim, em grande medida, “o Gramsci” que chegava ao Brasil.

Não obstante estas primeiras dificuldades, à crescente cadeia de recepção e difusão que se forma no Brasil, principalmente a partir da segunda metade da década de 1970, corresponde o progressivo aumento da rede de “consumidores” do pensamento gramsciano, configurando, assim, o quarto momento da recepção, a “apropriação”, que se refere ao leitor final no término da cadeia de circulação (cf. TARCUS, 2018, p. 39). Analisar a apropriação de Gramsci no Brasil implica em investigar sua “utilização” efetiva, presente nas leituras e interpretações efetuadas pelas diferentes correntes intelectuais na universidade, nos partidos políticos e nas revistas, por militantes políticos e pelos movimentos sociais de forma geral. Aqui nos deparamos na literatura com duas formas de apropriação: os “usos” e a “tradução”. Se, por um lado, essas formas não podem ser distinguidas claramente, por outro, elas não se identificam inteiramente, de modo que podem ser analiticamente diferenciadas.

A tradução de um conceito para uma realidade nacional diferente daquela para a qual foi formulado foi proposta pelo próprio Gramsci nos *Quaderni* (em particular nos Q. 10 e 11). A condição para a tradutibilidade estaria na “equivalência fundamental” entre culturas nacionais. Esta equivalência se refere às “características estruturais”, ou, pode-se dizer, às bases sociais semelhantes e a “compatibilidade cultural” (atual ou passada), levando-se em conta as “especificidades das condições” envolvidas em cada realidade histórica (cf. BOOTHMAN, 2017, p. 779, 784). Dito de outro modo, um conceito, ou uma ideia, pode migrar, tornando-se parte do contexto receptor desde que haja uma similaridade no desenvolvimento histórico-cultural entre as duas nacionalidades. De acordo com Aricó (1988, p.88), “Gramsci poderia ser traduzido em chave latino-americana se fosse possível estabelecer algum tipo de similitude ou sintonia histórico-cultural entre seu mundo e o nosso”. Esta similitude se constitui principalmente no caráter subordinado não apenas economicamente, mas também culturalmente ao centro dinâmico do capitalismo internacional, que caracteriza a

periferia, tanto na Itália quanto no Brasil. Importante esclarecer, contudo, que esta similitude como condição para a tradução não significa uma completa identidade cultural, mas uma analogia das fases de desenvolvimento social e correspondência nas respostas culturais e políticas encontradas para problemas históricos semelhantes. A tradução, assim, não é um ato puramente linguístico, mas principalmente cultural, entendendo a cultura de forma ampla, como concepção de mundo composta pelas atividades filosóficas, políticas e econômicas desenvolvidas em determinada fase histórica (cf. BOOTHMAN, 2017, p. 782).

Diferente da “tradução”, que sugere um procedimento rigoroso de reconstrução do conceito nas condições específicas do contexto receptor (cf. LACORTE et al., 2013, p. 256), o “uso” indica fragmentação, parcialidade e instrumentalização política dos conceitos ou ideias do autor ou de suas obras. Juan Carlos Portantiero, em *Los usos de Gramsci*, traz a luz o problema da fragmentação no processo de difusão e recepção do pensamento de Gramsci, principalmente a partir da publicação dos primeiros volumes temáticos das notas do cárcere na Itália sob a direção do PCI, agrupadas como se fossem “livros”, que Gramsci jamais escrevera (cf. PORTANTIERO, 1981, p. 68). As limitações materiais, isto é, as dificuldades de acesso ao conjunto completo das obras originais do autor, estabeleceram-se como obstáculos para seu conhecimento integral, transformando-se, assim, o autor num “espaço vazio, apto para receber qualquer conteúdo, para ser submetido a usos diversos segundo as necessidades de cada momento” (idem, p. 69)<sup>13</sup>.

Embora seja impossível distinguir de forma estanque os usos e as traduções, nos primeiros anos de apropriação de Gramsci no Brasil é possível dizer que houve de modo geral uma apreensão parcial do autor e de sua obra a serviço de objetivos

---

<sup>13</sup> Como ressalta Portantiero, quando Gramsci foi apresentado “ortodoxamente leninista” pelos comunistas da década de 1950, isto não se deveu a um profundo estudo das notas do autor, mas sim ao temor de que a crítica das condições que na Rússia tornaram possível a ditadura burocrática stalinista, pudesse tornar Gramsci um fundamento do stalinismo e uma alternativa ao leninismo (cf. idem, p. 69). Uma década depois, contudo, Gramsci é apresentado como uma forma de precursor de vastas alianças democráticas. O que varia, portanto, “são as necessidades políticas conjunturais do grupo dirigente do PCI” (idem, p. 69).

políticos por parte dos principais sujeitos da recepção<sup>14</sup> de Gramsci no Brasil, o Partido Comunista Brasileiro e os intelectuais ligados a ele. Em grande medida este uso político correspondeu à manutenção e apoio à política do *Comitern* russo, que, como mostraremos a seguir, fundava-se em concepções etapistas do desenvolvimento histórico, reduzindo a história de todas as nações a um modelo universal que tomava como padrão o desenvolvimento europeu. De modo geral, contudo, é possível afirmar que a recepção de Gramsci no Brasil (e América Latina como um todo) não consiste num fenômeno apenas teórico, mas fundamentalmente de cariz política. Os sujeitos mais relevantes desta recepção foram os movimentos, organizações e atores políticos e não a Universidade, que começa a se interessar pelo autor somente a partir da segunda metade dos anos 1970. Isto se deve, em nosso modo de ver, tanto às polarizações e conflitos do contexto político e social no qual as obras começaram a ser publicadas na Itália e depois na América Latina, quanto às próprias características do pensamento do autor, que pode ser definido como uma análise realista das condições concretas da sociedade capitalista com vistas à ação política organizada.

### **3. A revolução passiva brasileira: os entraves políticos para a compreensão da periferia.**

Entre os países latino-americanos que recepcionaram as obras gramscianas, a Argentina e o Brasil foram os pioneiros: enquanto a Argentina traduziu as primeiras obras (publicação parcial do *Quaderni del Carcere*) entre 1958 e 1962, no Brasil as primeiras traduções foram publicadas entre 1966 e 1968. “Nesses anos, ambas edições foram as mais numerosas e completas em língua não italiana” (ARICÓ, 1988, p. 135, nota 1)<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Por “sujeito da recepção” entendemos os principais agentes do processo de recepção, que podem ser indivíduos (emissários políticos, tradutores, conferencistas, militantes) ou instituições/ organizações (livreiros, editores, distribuidores comerciais, partidos políticos, etc.), que juntos formam uma complexa “cadeia de recepção e difusão” (cf. TARCUS, 2018, p. 38).

<sup>15</sup> É possível, contudo, encontrar menções a Gramsci na América Latina já na década de 1920. No Brasil por meio de notícias trazidas por exilados italianos socialistas (cf. SECCO, 2002, p. 11-14). No Peru, em 1921 num artigo escrito por J. C. Mariategui no periódico *El tempo*, de Lima, onde o autor

Os principais vetores de difusão das ideias de Gramsci no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980 foram o Partido Comunista Brasileiro (PCB), seus intelectuais e a Editora Civilização Brasileira. Esta recepção ocorre, contudo, num período caracterizado pela ruptura da institucionalidade democrática e pelos primeiros anos da ditadura civil-militar instaurada em 1964, que, embora não tenham impedido, restringiram a circulação das ideias e das obras de Gramsci, que passa a ocorrer na clandestinidade. Paralelamente, permanecia desde os anos 1920 no interior dos PC's uma leitura da periferia que passava ao largo das suas especificidades e que dificultou a tradução de Gramsci na América Latina na medida em que impôs uma leitura oficial homogeneizante, que tomava o processo histórico das revoluções europeias como padrão e norma, induzindo um uso imediatamente político do pensamento de Gramsci.

Era dominante na III Internacional uma perspectiva positivista do marxismo que na busca pela ciência da história acabou por estabelecer uma concepção linear e evolucionista dos sistemas de produção, que tendia a uniformizar o movimento histórico de todas as nações (Cf. FRESU, 2016). Esta perspectiva prejudicou o reconhecimento das especificidades dos processos revolucionários na América Latina. A partir de 1928 passa a vigorar na III Internacional a caracterização de todos os países da América Latina como “semicoloniais”, a despeito da diversidade de situações políticas e institucionais da região. Desta caracterização se deduziu a tática política da “revolução camponesa e anti-imperialista”, a ser viabilizada pela aliança com a burguesia nacional e contra o imperialismo para cumprir a etapa da “revolução democrático-burguesa” (Cf. MASSARDO, 2008, p. 1). Esta resolução se expressará no programa do PCB formulado no V Congresso em 1954 que propunha uma “frente única anti-imperialista e antifeudal” (cf. PCB, 1955)<sup>16</sup>.

---

observa que “El Ordine Nuovo es el diario del Partido Comunista y está dirigido por dos de los más notables intelectuales del partido: Terracini y Gramsci” (MASSARDO, 2008, p. 1).

<sup>16</sup> No pensamento político brasileiro esta questão se reflete especialmente na polêmica entre Nelson W. Sodré (1978) e Caio Prado Jr. (1987) entre a tese da feudalidade do Brasil colônia sustentada pelo primeiro e uma colônia desde sempre inserida nas rela es capitalistas defendidas pelo segundo.

Contudo, uma profunda crise atinge o movimento comunista internacional com a divulgação do relatório de Nikita Krushev ao final XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em fevereiro de 1956, que denunciava os crimes de Stalin, o culto à personalidade, o “uso indiscriminado de violência, execuções, processos fraudulentos contra adversários políticos, violando todas as normas de legalidade revolucionária” (cf. FALCÃO, 2006, p. 1). A partir deste momento o PCB passa por uma luta interna para a desestalinização e democratização, encontrando resistência no comitê central do partido, ao que se seguiram disputas pela direção que foram encerradas formalmente em 1957, com a resolução do comitê central “Sobre a Unidade do Partido”, por meio da qual a direção “retoma as rédeas”. Esta vitória, entretanto, foi baseada no controle que os grupos mais conservadores detinham sobre “a estrutura partidária, na retomada dos órgãos de imprensa e na valorização do espírito de corpo existente no Partido” (idem, p. 2-6). Esta foi, contudo, uma vitória de Pirro na medida em que deu vazão para o enfraquecimento interno do partido e o abandono de parte da militância e a organização de dissidentes fora do PCB na década de 1960 (cf. SAID, 2006, p. 111-112). Especificamente na década de 1960 o PCB começa a publicar a obra do cárcere no Brasil pela Editora Civilização Brasileira, com importantes problemas de tradução e edição apresentados acima, que forçavam uma adesão acrítica de Gramsci à linha política da III Internacional.

A crise interna do PCB, o apego a uma imagem do Brasil como periferia atrasada, “semifeudal e semicolonial”, que repunha a noção etapista da necessidade de uma revolução democrático-burguesa antes da revolução socialista, bem como a permanência de uma orientação stalinista mesmo após o relatório Krushev tiveram impactos na recepção de Gramsci no Brasil em dois sentidos principais: primeiro na forma de apresentação do autor e de sua obra, isto é, a vinculação entre Gramsci e Stalin e a apresentação de Gramsci como filósofo da cultura. Segundo, a formação de outros movimentos por fora do PCB a partir da dissidência insatisfeita com a pouca democracia interna e, assim, a maior possibilidade de difusão do pensamento do autor.

Carlos Nelson Coutinho, um dos principais sujeitos da recepção de Gramsci no Brasil, membro do PCB até 1982, reconhece que houve uma verdadeira “operação Gramsci” presidida pelo Partido, que se inicia na década de 1960 e prossegue até a metade dos anos 1970, por meio da qual o autor é apresentado não como o político das ocupações de fábrica, fundador do PCI, mas como o herói da luta antifascista e, principalmente filólogo e crítico literário (COUTINHO, 2007, p. 153-154). De acordo com Coutinho, este fator colaborou para que as obras de Gramsci “escapassem” da censura da ditadura civil-militar nos anos 1960, mas ao mesmo tempo revelava uma divisão do trabalho no interior do PCB (cf. idem, p. 155). Coutinho observa que no interior do partido havia uma “divisão de tarefas” entre intelectuais e direção: enquanto aos primeiros cabiam tarefas culturais de “renovação filosófica e estética do marxismo brasileiro”, à segunda cabia “dar a última palavra nas questões especificamente políticas (cf. COUTINHO, 1990, p. 2), isto revelava justamente a fratura interna e a pouca democracia na relação entre a direção e os militantes do partido.

Esta primeira “operação”, entretanto, tem escassa repercussão, sobretudo porque neste período ocorre uma maior radicalização contra a ditadura que alcança vastos setores da intelectualidade de esquerda, que se afastam do PCB (“e da cultura marxista que permanecia sob sua influência”), por não reconhecerem aí “uma resposta adequada aos desafios da nova situação” (COUTINHO, 2007, p. 157). Com a ampla rejeição da estratégia do PCB, o pensamento de Gramsci – e o de Lukács – passam a ser vistos como “expressão de uma tendência conservadora e anacrônica” (idem, p. 158), fechando o ambiente cultural para a difusão das ideias de Gramsci até a metade dos anos 1970 (cf. idem, p. 159).

As formulações do *Comitern russo* para a periferia, assim, davam prova de sua insuficiência nas lutas concretas e acabaram fechando o campo para a difusão das ideias e das obras de Gramsci. Consistiam de fato em uma transposição mecânica para a América Latina das revoluções europeias abertas pela Revolução Francesa de 1789 (cf. MASSARDO, 2008, p. 4; ARICÓ, 1988, p. 104-105), que inviabilizava a tradução do conceito de revolução passiva no Brasil, cujo principal elemento reside na especificidade do desenvolvimento periférico com o

protagonismo do Estado e dos intelectuais, em detrimento das classes. Para Aricó (1998) houve uma especial dificuldade na recepção de Gramsci na América Latina em compreender as características distintivas da revolução burguesa na periferia, que são justamente os elementos ligados à ausência de uma revolução democrática, à diferença do que ocorreu na Europa nos séculos XVIII e XIX. Aqui, os conflitos de classe não são protagonizados diretamente pelas classes. Diz o autor:

“Os personagens principais da história latino-americana recente não parecem ser a burguesia nem o proletariado, nem tampouco os latifundiários e os camponeses dependentes. São, contudo [...] o capital estrangeiro e o Estado” (ARICÓ, 1998, s/p.).

Na segunda metade da década de 1970, contudo, pode-se perceber uma retomada dos estudos gramscianos<sup>17</sup>. Isto se deveu sobretudo ao início do processo de abertura política, o crescimento da resistência democrática no Brasil, ao fortalecimento do PCI com a experiência eurocomunista e a publicação na Itália da edição crítica dos *Quaderni del Carcere*, organizada por Valentino Gerratana em 1975<sup>18</sup> (Cf. DEL ROIO, 2011, p. 128; COUTINHO, 2007 p. 160-161). Paralelamente, Gramsci aumenta sua esfera de influência nas universidades e na sociedade. A partir dos anos 1970, ele se torna “um dos autores estrangeiros mais lidos e discutidos no Brasil – não apenas por marxistas” (idem, p. 153)<sup>19</sup>. Lincoln Secco

---

<sup>17</sup> De acordo com Secco, até 1975 foram registrados 16 ensaios/ artigos sobre Gramsci no Brasil, publicados no eixo São Paulo - Rio de Janeiro. No período entre 1975 e 1984 registrou-se mais de 200 títulos, expandindo-se da região Sudeste, para região Sul e para o Nordeste (cf. SECCO, 2002, 46-47).

<sup>18</sup> Em 1975, V. Gerratana organizou a edição crítica, que incluiu todas as notas feitas por A. Gramsci nos 29 cadernos de tipo escolar escritos na prisão (ao todo foram 33 cadernos, contudo os 4 dedicados a traduções não foram incluídos), distinguindo os textos A (de primeira escritura), textos B (de única escritura) e textos C (de segunda escritura). Estes textos C são uma reescritura dos textos A, alguns são retomados sem grandes reformulações, outros sofrem significativas modificações e/ou inserções (cf. GERRATANA, 2007, p. XXXVI). Este material se tornou instrumento fundamental para o início de um empreendimento filológico rigoroso de estudo dos escritos de Gramsci.

<sup>19</sup> A partir da metade dos anos 1970, segundo Aricó (1988, p. 83), o “conhecimento da obra de Gramsci progrediu de maneira constante e significativa entre os intelectuais e cientistas sociais” na América Latina. Neste movimento os conceitos próprios de elaboração gramsciana, “inclusive aqueles mais complexos e específicos como bloco histórico, revolução passiva, guerra de posição e guerra de movimento, reforma intelectual e moral, etc.” se transformaram numa “espécie de senso

chama a atenção também para o interesse por Gramsci por parte da grande imprensa paulista e carioca (*Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e Isto é*) neste período, que passa a publicar pequenos artigos sobre o autor (cf. SECCO, 2002, p. 52). De acordo com Coutinho, a partir de 1975 encontram-se pesquisas universitárias sob a influência de categorias ou de problemáticas gramscianas, tanto na antropologia, quanto na sociologia e na ciência política (Cf. COUTINHO, 1990, p. 4).

Após 1980, com a fundação do PT, a difusão no âmbito estritamente político se torna significativa, caracterizando uma “diáspora dos gramscianos egressos do PCB”, que se filiam, além do PT<sup>20</sup>, a diferentes partidos políticos como Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), ao Partido Popular Socialista (PPS) e ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) (Cf. idem, COUTINHO, 2007, p. 164; SECCO, 2006, p. 142). Neste movimento de difusão, contudo, os usos de Gramsci se dividiam em polos opostos, de um lado ele se torna um “semiliberal socialdemocrata” e, no outro, “um revolucionário de velho tipo”, “anti-institucionalista e rupturista” (COUTINHO, 2007, p. 165). Deste modo, os conceitos gramscianos apropriados pelos diferentes atores brasileiros a partir dos anos 1960, mas especialmente na segunda metade dos anos 1970 em diante, “tornam-se, em certa medida e no interior da prática política, *outros conceitos, traduzidos* e até instrumentalizados para as finalidades imediatas de diversos agrupamentos políticos” (SECCO, 2006, p. 147, grifos do autor)<sup>21</sup>.

#### **4. Revolução passiva no Brasil nos anos 1970 e 1980**

---

comum não só do discurso mais estritamente intelectual, mas também do discurso político da esquerda – e não só desta”.

<sup>20</sup> Entre eles, Carlos Nelson Coutinho e Francisco Weffort (cf. COUTINHO, 1990, p. 4). Coutinho em 1982 deixou o Partido Comunista Brasileiro, posteriormente filiou-se ao Partido dos Trabalhadores até a criação do PSol em 2004, do qual foi fundador.

<sup>21</sup> Gramsci no Brasil não teve uma sorte diferente da que teve na América Latina como um todo, como observa Aricó (1988, p. 22), o autor “interveio no debate e na posterior crise do comunismo latino-americano como uma figura mais evocada que conhecida”, fazendo parte “das combinações ideológicas mais caprichosas”.

No momento em que as interpretações etapistas mostraram concretamente sua fragilidade teórica e sua escassa validade para as lutas sociais, dando vazão aos novos paradigmas explicativos, penetrando nas universidades, o conceito de revolução passiva torna-se central nas pesquisas gramscianas nas décadas 1970 e 1980. Este processo foi conduzido justamente pelos intelectuais que haviam integrado as fileiras do PCB: Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e Marco Aurélio Nogueira. Enquanto Nogueira, editor da *Revista Presença*<sup>22</sup> (a partir de 1985), tratou do conceito de revolução passiva como “modernização conservadora”, Coutinho e Vianna<sup>23</sup> buscaram definir a revolução passiva brasileira em associação ao conceito de via prussiana, elaborado por Lenin em *O programa agrário da Social-democracia* (1907)<sup>24</sup>. De acordo com Góes (2016, p. 13), a chave de leitura para o Brasil baseada nos conceitos de revolução passiva e via prussiana “acompanharão todo o movimento teórico de Coutinho, com o quais se deparará constantemente nos dezoito números da *Revista Presença*”<sup>25</sup>.

O termo “via prussiana” foi difundido entre os comunistas brasileiros por meio da recepção de G. Lukács a partir de 1959, isto é, a partir do processo de desestalinização dos PCs, que se deu sobretudo por meio das publicações da *Revista Problemas de Paz e do socialismo*, publicação internacional e a *Revista Estudos Sociais*, dirigida por Astrogildo Pereira<sup>26</sup>. A via prussiana pode ser definida como

“Conciliação entre as frações das classes dominantes, de medidas aplicadas de cima para baixo, com a conservação de traços essenciais das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional” (COUTINHO, 1980, p. 32).

---

<sup>22</sup> A *Presença* – *Revista de Política e Cultura*, circulou por quase 10 anos, entre 1983 e 1992, e tinha como principal referência teórica o pensamento de A. Gramsci (cf. LUCCA-SILVEIRA, 2012, p. 11).

<sup>23</sup> Em 1976 Luiz Werneck Vianna publica *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, cujo principal objetivo era definir o papel do Estado e da legislação social no processo de modernização brasileiro.

<sup>24</sup> Vianna utilizou também *As origens sociais da ditadura e da democracia* de Barrington Moore, de 1966 (cf. VIANNA, 1976, p. 128-133).

<sup>25</sup> Em função dos limites deste artigo, optamos por utilizar as formulações dos autores publicadas em seus livros e capítulos de livros, onde suas conclusões estão sintetizadas de modo mais acabado.

<sup>26</sup> Sobre isto Ver Carlos Alexandre Ramos, *A democracia no pensamento político dos comunistas brasileiros*, tese UFSCAR, 2013. Ver também COUTINHO, 1980, nota 13, p. 71 sobre o uso do termo por Lukács.

O modelo prussiano, segundo Vianna, “corresponderia à situação em que a modernização e o capitalismo transformam a economia feudal [...] tendo como agente decisivo a grande propriedade de renda da terra”, deste modo, “a liquidação das antigas relações de propriedade no campo não se faz num só processo, mas por uma adaptação progressiva, mais lenta nuns casos do que noutros, ao capitalismo” (VIANNA, 1976, p. 128)<sup>27</sup>.

Antes de Vianna, em 1974, Carlos Nelson Coutinho escrevera o ensaio *O Significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira* (agora em COUTINHO, 2011b), onde utilizou não o conceito gramsciano, mas aquele de Lenin. Nesta obra, o interesse do autor se concentrou mais especificamente em mostrar como a estagnação social relacionada à via prussiana de desenvolvimento capitalista no Brasil dificultou a criação de autênticas obras estéticas de vertente realista (Cf. COUTINHO, 2011b, p. 95). Se num primeiro momento a via prussiana aparecia como principal conceito para definir a via da revolução pelo alto no Brasil (cf. COUTINHO, 1980, p. 33), ao longo dos anos 1980, Coutinho, formula uma diferenciação importante entre os conceitos de via prussiana e revolução passiva: enquanto Gramsci teria subestimado a economia e sua teoria definiria as implicações superestruturais da modernização capitalista, a via prussiana definiria as “raízes econômicas da modernização capitalista” (idem, p. 57). Posteriormente Coutinho parece inverter a ordem de importância no uso dos dois conceitos, de modo que a revolução passiva passa ao primeiro plano na análise, contudo mantém a relação de complementaridade. Em “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”, de 1985, Coutinho afirma a insuficiência do conceito de Lenin para “compreender plenamente as características supra-estruturais”, devendo, por isto, ser “complementado” pela noção gramsciana de revolução passiva (cf. COUTINHO, 1988, p. 107). Na revolução passiva brasileira o latifúndio e a dependência do imperialismo não precisaram ser superados para a instalação do capitalismo. Pelo

---

<sup>27</sup> Deve-se levar em conta também a escassez de material bibliográfico de fonte primária sobre o conceito gramsciano de revolução passiva neste período, dado que o *Caderno 19*, sobre o *Risorgimento*, onde se encontram a maioria das notas sobre o assunto, só foi conhecido em português a partir de 1999, com a edição completa dos *Quaderni del Carcere*.

contrário, os estamentos e as relações tradicionais de poder foram absorvidos no interior do movimento de modernização presidido pelo Estado. Deste modo, “as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo [...] encontraram uma solução ‘pelo alto’, ou seja, elitista e antipopular” (cf. COUTINHO, 1988, p. 106-107).

José Aricó, na obra que se tornou referência para os estudos gramscianos na América Latina, *La cola del diablo: itinerário de Gramsci na América Latina* (1988), critica este uso complementar dos conceitos de revolução passiva e via prussiana na obra de Coutinho. De acordo com o autor, esta forma de considerar o problema aniquilaria a potencialidade analítica da categoria gramsciana, isto é, este procedimento reduziria o conceito de revolução passiva “a uma forma de coroamento superestrutural de um modelo factível de ser aplicado a certas realidades latino-americanas” (ARICÓ, 1988, p. 156, nota 98). De acordo com o autor, a categoria de via prussiana teria sido aplicada à América Latina de forma indevida, a partir de esquemas abstratos que a aproximavam do modo impróprio da realidade russa, sem um prévio reconhecimento do terreno nacional específico (cf. idem, p. 157). Como se vê, embora a tradução do conceito de revolução passiva no Brasil tenha avançado nos anos 1970 e 1980, ela ainda apresentava importantes fragilidades que se referiam tanto ao nível de aprofundamento de conhecimento sobre o conceito original de Gramsci, como na recriação do conceito nas condições específicas da América Latina.

A partir da década de 1990 até os dias de hoje é possível constatar um notável esforço por parte de um número variado de estudiosos e pesquisadores, principalmente na academia, em contribuir com o avanço desta tradução<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> A partir dos anos 1990 surgiram novas interpretações que inseriram inovações polêmicas na caracterização da revolução passiva brasileira, como a leitura de Werneck em *A revolução passiva, iberismo e americanismo no Brasil* (1997), na qual o autor propõe uma positivação no conceito de revolução passiva e de sua forma parlamentar, o transformismo, que passa a operar como uma estratégia de transformação política das classes subalternas. Nos anos 2000 ganha centralidade a interpretação do período neoliberal a partir do conceito de revolução passiva. Sobre este assunto ver BIANCHI, Álvaro; BRAGA, Ruy. 2003; 2005; OLIVEIRA, BRAGA e RIZEK, C, 2010; COUTINHO, 2012. Sobre a proposta de tradução da revolução passiva para o Brasil ver: DEL ROIO, 2012 e 2018. A partir da metade dos anos 2000 se adensam também as análises sobre o PT a partir do conceito de transformismo: COELHO, 2005; VIEIRA, 2012; MATOS, 2013; SOARES, 2013.

Contudo, a permanente tarefa de tradução que acompanha a dinâmica histórica da periferia ao que tudo indica ainda não deu a atenção necessária ao elemento fundamental da revolução passiva indicado por Gramsci nos *Quaderni*: a articulação nacional-internacional que se expressa internamente nas relações sociais de forças concentradas no Estado, nutrindo a revolução pelo alto na periferia. Este tema tem sido tratado principalmente no interior das discussões sobre o imperialismo e sobre a dependência, sua assimilação aos estudos gramscianos, cremos, poderia redundar em fundamental aporte para a tradução da revolução passiva na América Latina.

### **A guisa de conclusão**

Como procuramos demonstrar, o núcleo do problema para compreender a revolução burguesa latino-americana não está fundado na relação entre as classes sociais como atores principais de sua história, mas na análise dos problemas que limitam sua autonomia em função da dependência externa (cf. ARICÓ, 1988). A particularidade latino-americana da revolução pelo alto, do protagonismo do Estado e dos seus intelectuais – determinada pela inserção tardia no sistema capitalista internacional, que define a problemática do imperialismo e da dependência – foi, como procuramos mostrar, por muito tempo embotada pela interpretação do *Comitern* russo, que tornava o desenvolvimento europeu padrão único e universal de desenvolvimento capitalista, a partir do qual eram as classes e não o Estado as protagonistas principais do desenvolvimento capitalista também na América Latina. No Brasil, quando, finalmente, houve maior abertura para a interpretação particular da periferia nas décadas de 1970 e 1980, o conceito de revolução passiva, atado aquele de via prussiana e limitado a efeitos superestruturais, permaneceu fragilizado e impedido de dar mostras de sua potencialidade explicativa.

Deste modo, a apropriação do conceito de revolução passiva no Brasil implica na dinâmica de recriação do conceito nas condições específicas da nossa cultura de modo a evitar “exercícios de mera translação ou aplicação de conceitos

---

já constituídos” (cf. LACORTE *et all*, 2013, p. 256; CORTÉS, 2016, p. 152). Permanece aberta, portanto, uma importante agenda de investigação. Francisco de Oliveira (2003, p. 126-127) observou neste sentido que o subdesenvolvimento latino-americano “poderia se inscrever como um caso da ‘revolução passiva’, que é a opção de Carlos Nelson Coutinho e Luís Werneck Vianna”, contudo, falta nestas análises um tratamento adequado “do estatuto de ex-colônias, que lhe dá a especificidade política, e o estatuto rebaixado da questão da força de trabalho, escravismo e *encomiendas*, que lhe confere especificidade social”. Esta observação de Oliveira é pertinente na medida que as condições específicas da colônia brasileira – a escravidão e economia voltada para fora, que lhe imprimiram características dependentes desde sua formação – estão praticamente ausentes na produção gramsciana sobre a revolução passiva até o momento.

É importante destacar, neste sentido, que poucos autores no Brasil trabalharam com as categorias de dependência e de capitalismo tardio no interior dos estudos gramscianos. Exceção à regra foi Burity (1988). No artigo *Estado e Capitalismo na Revolução Passiva Brasileira* o autor coloca em relevo a fundamental distinção entre o padrão de desenvolvimento capitalista latino-americano e aquele que caracteriza os países europeus. Em primeiro plano se coloca, portanto, nosso passado colonial e a influência do imperialismo na formação do capitalismo brasileiro. Deste modo, o autor relaciona de modo eficiente o “atraso” no desenvolvimento industrial (mesmo na Europa) e a realização de uma estratégia estatista e autoritária de modernização capitalista”.

Carlos Nelson Coutinho, contudo, baseado na articulação entre via prussiana e revolução passiva entende que o elemento “decisivo” da via “não clássica” seria um fator interno, a questão agrária não resolvida, de modo que a dependência externa não se caracterizaria como especificidade central desta via (Cf. COUTINHO, 2011, p. 231-232). É preciso levar em consideração, contudo, a íntima articulação entre manutenção do latifúndio, da economia agrário-exportadora e do poder das oligarquias rurais como estruturas coloniais, cuja atividade e sentido estão desde o início voltados para fora. Destarte, a constituição do Estado-nação não rompe com as relações de subordinação externa, ao contrário, deslocam-na do

estatuto colonial para as relações comerciais, reelaborando os vínculos de subalternidade e exploração externa em bases modernas sob a forma de imperialismo (cf. FERNANDES, 1975). Marcos Del Roio, em recente trabalho de tradução da revolução passiva para o Brasil, por outro lado, embora trabalhe com a categoria de imperialismo, não considera a categoria dependência fundamental para esta pesquisa (DEL ROIO, 2012, p. 217). Diante disto há que se perguntar pelos nexos existentes entre imperialismo e dependência, já que estudiosos do tema afirmam que a teoria da dependência pode ser compreendida como “complementação necessária à teoria do imperialismo” (AMARAL, 2012, p. 27).

Torna-se evidente, deste modo, que o problema da relação nacional-internacional indicado por Gramsci no cárcere, que se traduz nas atuais problemáticas sobre imperialismo e dependência, ainda não foi suficientemente explorado, indicando que há um campo de estudos a ser investigado. Como afirma Del Roio (2012, p. 216), a tradução de Gramsci para o Brasil “demanda mais pesquisas sobre a particularidade, a análise concreta da situação concreta, em vez de ser uma explicação em si mesma, ou então haveria uma recaída em um universalismo abstrato de pouca utilidade teórica e prática”. Neste sentido, diante do que foi exposto, parece-nos evidente que a articulação do conceito de revolução passiva aos conceitos de dependência e imperialismo torna-se uma agenda de pesquisa de grande importância para a tradução do conceito gramsciano na atual configuração do capitalismo brasileiro.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ALMEIDA, G. R. “PT 30 anos: democracia, socialismo, transformismo e o poder”. *Marxismo21*, 2013. Disponível em <https://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/>. Acessado em 06/12/17.
- AMARAL, M. S. *Teorias do Imperialismo e da dependência: a atualização necessária até a financeirização do capitalismo*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2012.
- ARICÓ, J. *La cola del diablo. Itinerário de Gramsci na América Latina*. Buenos Aires: Punto Sur Editores, 1988.

- ARICÓ, J. "Por que Gramsci na América Latina?". In *Gramsci no Brasil*, 1998. Disponível em [www.acesa.com](http://www.acesa.com). Acessado em 04/01/19.
- BIANCHI, Álvaro; BRAGA, Ruy. "Capitalismo patrimonial nos trópicos? Terceira via e governo Lula". *Universidade e Sociedade*, ano XIII, nº. 31, Outubro 2003.
- BIANCHI, Alvaro; BRAGA, Ruy. "Brazil: the Lula government and financial globalization". *Social Forces*, Chapel Hill, v. 83, n.º 4, 2005.
- BIANCHI, Alvaro. "Apresentação Dossiê Gramsci e a Política". *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 29, nov. 2007, p. 7-13.
- BIANCHI, A. "O Brasil dos gramscianos". In *Revista Crítica Marxista*, São Paulo: Unesp, 2016, p. 117-132.
- BIANCHI, A. "Circulação e tradução: para uma história global do pensamento político". *IX Encontro ABCP*, Belo Horizonte, 2016.
- BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. Porto Alegre: Zouk, 2018.
- BOOTHMAN, D. "Tradução". In LIGUORI & VOZA (org.). *Dicionário Gramsciano*, São Paulo: Boitempo, 2017.
- BOOTHMAN, D. "Tradutibilidade". In LIGUORI & VOZA (org.). *Dicionário Gramsciano*, São Paulo: Boitempo, 2017.
- BURITY, J. "Estado e Capitalismo na Revolução Passiva Brasileira". *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 4, n. 2, jul./dez., 1988.
- CARVALHO, Maria A. R. "Prefácio". In VIANNA, L. W. *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- COELHO, E. *Uma esquerda para o capital: Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese. UFF. Niterói, 2005.
- CORTÉS, M. "José Aricó: traducir el marxismo em America Latina". *Nueva Sociedad*, nº. 262, Mar/Abr, 2016.
- COUTINHO, C. N. *A Democracia Como Valor Universal*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1980, p. 17-84.
- COUTINHO, C. N. "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira". In COUTINHO, C.N e NOGUEIRA, M.A (org). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 103-127.
- COUTINHO, C. N. "Cidadão Brasileiro". *Revista teoria e debate*, edição 9, jan/1990. Disponível em <https://teoriaedebate.org.br>, consultado em 25/01/19.
- COUTINHO, C. N. "Brasil y Gramsci. Variadas leituras de um pensamento". *Nueva Sociedad*, nº 115, set/out/1991, p. 104-113.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 89-101.

- COUTINHO, C. N. “O desafio dos que pensaram bem o Brasil”. *Lua nova* nº 54, 2001.
- COUTINHO, C. N. “O Gramsci no Brasil: recepção e usos”. In MORAES, J. Q. (org.). *História do Marxismo no Brasil*, v. 3. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p. 151-196.
- COUTINHO, C. N. “A hegemonia da pequena política”. In OLIVEIRA, F.; BRAGA, R e RIZEK, C. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- COUTINHO, C. N. “Marxismo e ‘imagem do Brasil’ em Florestan Fernandes”. In \_\_\_\_\_ *Cultura e Sociedade no Brasil. Ensaio sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- COUTINHO, C. N. “O Significado de Lima Barreto na Literatura Brasileira”. In \_\_\_\_\_ *Cultura e Sociedade no Brasil. Ensaio sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.
- COUTINHO, C. N. “A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?”. *Marília: Novos Rumos*, v. 49, nº 1, 2012, p. 117-126.
- DEL ROIO, M. T. “A particularidade da revolução passiva no Brasil: uma tradução de Gramsci. In \_\_\_\_\_ *Gramsci e a emancipação do subalterno*. São Paulo: Unesp, 2018.
- DEL ROIO, M. “A URSS e o socialismo de Estado”. In PINHEIRO, J. (org.). *Marx: Crise e transição*. Marília: Oficina Universitária, 2014.
- DEL ROIO, M. T. “Translating passive revolution in Brazil”. *Capital & Class*, nº. 36(2), 2012, p. 215 –234.
- DEL ROIO, M. T. “Notas sobre a trajetória de Gramsci na América Latina”. *Revista Crítica Marxista* nº 33, São Paulo: UNESP, 2011.
- DIAS, E. F. “Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos”. In *Revista Ideias*, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994, p. 111-138.
- DIAS, E. F. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- FALCÃO, F. J. “O ‘Relatório Secreto’ de Krushev e o Partido Comunista do Brasil (PCB): Desestalinização e Crise”. *XII Encontro Regional de História ANPUH*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Frederico%20Jose%20Falcao.pdf>. Consultado em 20 de junho de 2019.
- FELICE, F. “Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci”. In FERRI, F (org.). *Política e História em Gramsci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América latina*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 2ª ed., 1975.
- FRANCIONI, G. *L’Officina Gramsciana: Ipotesi sulla struttura dei “Quaderni de Carcere”*. Nápoles: Bibliopolis, 1984.

- FRESU, Gianni. *Lênin Leitor de Marx: Dialética e determinismo na história do movimento operário*. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2016.
- GERRATANA, V. "Apparato critico", in GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere*, v. 4, Torino: Einaudi, 2007a.
- GOES, C. "Usos de Gramsci e a tradução do marxismo na América Latina: uma investigação sobre as revistas Presença e Pasado y Presente". *Anais 40º Encontro Anpocs*, Caxambu, 2016.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana, Torino: Einaudi, 2007.
- LACORTE, R. et ali. "Sobre a 'tradutibilidade' de Gramsci e algumas transformações sociais na Itália e no Brasil. *Revista virtual Enfil*, ano 1, nº.2, set/2013.
- LENIN, V. I. *O programa agrário da social-democracia na primeira revolução russa de 1905-1907*. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1954.
- LUCCA-SILVEIRA, M. P. *Intelectuais e a questão da democracia no Brasil: um estudo a partir da revista Presença*. Dissertação. USP, 2012.
- LYNCH, C. E. C. "Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº19. Brasília, janeiro - abril de 2016, p. 75-119.
- MASSARDO, J. "La recepción de Gramsci em America Latina: cuestiones de orden teórico y político". *International Gramsci Society Newsletter*, nº. 9, Mar, 1999. In *Imago Mundi*, 13/02/2008.
- MATOS, M. B. "Dez anos de governo petista e a consolidação da dominação burguesa no Brasil". *Marxismo21*, 2013. Disponível em <https://marxismo21.org/10-anos-de-governos-do-pt-natureza-de-classes-e-neoliberalismo/>. Acessado em 06/12/17.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. "Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil". In COUTINHO, C.N e NOGUEIRA, M.A (org). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 129-152.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. "Permanência e mudança: para a reinvenção da política como prática e projeto". In *As possibilidades da política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 249-294.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão Dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 11-69; 212-150.
- OLIVEIRA, F. "Hegemonia às avessas". In OLIVEIRA, F.; BRAGA, R e RIZEK, C. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PORTANTIERO, J. C. *Los usos de Gramsci*. Colección el tempo de la politica. México: Folios Ediciones, 1981.
- PRADO Jr., C. *A revolução brasileira*. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- SAID, A. M. *A estratégia e o conceito de democracia em Gramsci e o PCB*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP, 2006.
- SECCO, L. *Gramsci e o Brasil. Recepção e difusão de suas ideias*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SECCO, L. *Gramsci e a Revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.
- SOARES, José de Lima. “As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula”. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 28, nº. 3, Setembro/Dezembro, 2013.
- SODRÉ, N. W. *Introdução à revolução Brasileira*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.
- TARCUS, H. “A história intelectual e a problemática da recepção: Marx na Argentina”. *Revista Outubro* nº. 30, maio, 2018.
- VIANNA, L. W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 2 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- VIANNA, L. W. *A revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- VIEIRA, R. “O transformismo petista: considerações acerca das transformações históricas do Partido dos Trabalhadores no Brasil”. *Revista digital de Historia y Arqueología desde el Caribe colombiano*. Año 9, N°17. Barranquilla, Julio - Diciembre 2012.

## **Documento**

PCB. “Programa do Partido Comunista do Brasil”. In *Problemas Revista Mensal de Cultura Política*, nº 64, dezembro 1954 a fevereiro de 1955. Disponível em [https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev\\_prob/64/programa.htm](https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/programa.htm). Consultado em 22/06/19.